

ao abrigo do disposto no artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, delibera:

1 — Delegar na Licenciada Iva Carla de Sousa Maia, as competências que mediante a deliberação n.º 1601/2008, de 22 de Maio de 2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de Junho de 2008, com as alterações introduzidas pela deliberação n.º 538/2009, de 5 de Fevereiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2009, foram delegadas na Coordenadora da Secção de Processo Executivo de Lisboa II;

2 — A presente delegação de competências produz efeitos a 31 de Março de 2009 e vigora até 31 de Agosto de 2009.

25 de Junho de 2009. — O Conselho Directivo: *José Augusto Antunes Gaspar — Nelson da Silva Ferreira — Joaquina Maria Franco.*

202217848

Deliberação n.º 2458/2009

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 215/2007, de 29 de Maio, que aprova o diploma orgânico do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP, o respectivo conselho directivo, em reunião ordinária de 30 de Julho de 2009, delibera:

1 — Atribuir os pelouros do IGFSS, IP, nos seguintes termos:

1.1 — Ao presidente do conselho directivo, Dr. José Augusto Antunes Gaspar:

- a) Departamento de Gestão Financeira;
- b) Departamento de Apoio Técnico.

1.2 — Ao vice-presidente do conselho directivo, Dr. Nelson da Silva Ferreira:

- a) Departamento de Gestão da Dívida;
- b) Gabinete de Apoio à Gestão.

1.3 — À vogal do conselho directivo, Dr.ª Joaquina Maria Franco:

- a) Departamento de Património Imobiliário;
- b) Gabinete Jurídico-Contencioso.

1.4 — À vogal do conselho directivo, Dr.ª Noémia Silva Goulart:

- a) Departamento de Orçamento e Conta;
- b) Gabinete de Recursos Humanos;
- c) Direcção de Auditoria.

2 — Determinar que nos casos de ausência ou impedimento dos titulares dos pelouros, vigoram as seguintes regras de substituição:

- a) O presidente, Dr. José Augusto Antunes Gaspar, é substituído pelo vice-presidente, Dr. Nelson da Silva Ferreira;
- b) O vice-presidente, Dr. Nelson da Silva Ferreira, é substituído pelo presidente, Dr. José Augusto Antunes Gaspar;
- c) A vogal Dr.ª Joaquina Maria Franco é substituída pela vogal Dr.ª Noémia Silva Goulart;
- d) A vogal Dr.ª Noémia Silva Goulart é substituída pela vogal Dr.ª Joaquina Maria Franco.

3 — A presente deliberação entra imediatamente em vigor.

30 de Julho de 2009. — O Conselho Directivo: *José Augusto Antunes Gaspar — Nelson da Silva Ferreira — Joaquina Maria Franco — Noémia Silva Goulart.*

202216616

Despacho n.º 19613/2009

Considerando a minha ausência e a do meu substituto, por motivo de férias, no período compreendido entre 24 e 31 de Agosto, a gestão dos pelouros do IGFSS, IP que se encontram cometidos a estes dois membros do Conselho Directivo será assegurada nos seguintes termos:

1 — Vogal do conselho directivo, Dr.ª Joaquina Maria Franco:

- a) Departamento de Gestão Financeira;
- b) Departamento de Apoio Técnico;
- c) Gabinete de Apoio à Gestão.

2 — Vogal do conselho directivo, Dr.ª Noémia Silva Goulart:

- a) Departamento de Gestão da Dívida.

18 de Agosto de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *José Augusto Antunes Gaspar.*

202216762

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Agência Nacional para a Qualificação, I. P.

Aviso n.º 15061/2009

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro e do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83 -A/2009 de 22 de Janeiro, torna -se público que, por meu despacho de 18 de Agosto de 2009, se encontra aberto um procedimento concursal comum, para recrutamento na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo incerto para o preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira técnica superior do mapa de pessoal da ANQ,I.P., pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

2 — Legislação Aplicável: Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e a Portaria n.º 83 -A/2009, de 22 de Janeiro.

3 — O presente procedimento concursal destina -se à admissão de 3 trabalhadores, para o exercício de funções no âmbito do contrato de delegação de competências entre o Programa Operacional Potencial Humano e a Agência Nacional para a Qualificação, IP, nos termos do disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, a ocupar os lugares vagos no mapa de pessoal desta Agência

4 — De acordo com as indicações da DGAEP fica esta Agência dispensada de consultar a Entidade Centralizadora para a Constituição de Reservas de Recrutamento no sentido de confirmar a existência ou não de candidatas em reserva que permitam satisfazer as necessidades — FAQ n.º 4 — FAQ's — Procedimento Concursal (Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro)

5 — Prazo de validade — o concurso é válido para os postos de trabalho a concurso, caducando com o seu preenchimento.

6 — Serviço, Local de Trabalho — Departamento Financeiro e de Organização da Agência Nacional para a Qualificação, IP, Avenida 24 de Julho, 138, 1399-026 Lisboa

7 — Actividade — Desenvolver as actividades inerentes à função de gestor financeiro do Programa Operacional Potencial Humano para as tipologias de intervenção 2.1, 8.2.1 e 9.2.1 (análise das candidaturas financeiras e dos pedidos de alteração apresentadas pelos Centros Novas Oportunidades, pagamentos de saldos e verificações no local e auditorias)

8 — Posicionamento Remuneratório: Tendo em conta o preceituado no artigo 55.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro, o posicionamento do trabalhador recrutado numa das posições remuneratórias da categoria é objecto de negociação e terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal.

9 — Requisitos de admissão — Poderão candidatar-se ao presente procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e que até à data de abertura deste procedimento reúnam cumulativamente os requisitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de Fevereiro. e sejam titulares de uma licenciatura na área financeira

9.1 — Condições preferenciais: Licenciatura em gestão de empresas; conhecimentos do Sistema Integrado do Fundo Social Europeu;

9.2 — Não podem ser admitidos candidatos que se encontrem na situação prevista na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83 -A/2009, de 22 de Janeiro.

10 — Métodos de Selecção:

De acordo com o previsto no artigo 8.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, e atento o carácter urgente do procedimento para o cumprimento das atribuições da ANQ, I.P., a utilização dos métodos de selecção será efectuada de forma faseada:

10.1 — Salvo nos casos previstos no n.º 10.2., os métodos de selecção a utilizar são obrigatoriamente os seguintes:

10.1.1 — Prova de conhecimentos (60%) — Reveste a forma escrita, com duração de 1,30h; temáticas: Enquadramento legal do Ministério da Educação, do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social e da ANQ; programas comunitários.

10.1.2 — Avaliação psicológica (40%) — com o objectivo de avaliar, através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características de personalidade e competências comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar.

Classificação Final

A classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores através da fórmula seguinte:

$$CF = 0.6 PC + 0.4 AP$$

sendo que:

CF — Classificação Final

PC — Prova de Conhecimentos

AP — Avaliação Psicológica 10.2. No caso dos candidatos abrangidos pelo n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, os métodos de selecção a utilizar são os seguintes, salvo quando afastados por escrito pelo candidato ao abrigo da referida disposição legal, circunstância em que se aplicarão os métodos enunciados em 10.1.:

10.2 — 1. Avaliação curricular (60%) — com o objectivo de analisar a qualificação dos candidatos, sendo ponderados os seguintes factores:

$$AC = \frac{HA + 0.5 FP + 2 EP + 0.5 AD}{4}$$

sendo que:

AC — Avaliação Curricular

HA — Habilitações Académicas

FP — Formação profissional

EP — Experiência Profissional nas actividades inerentes ao posto de trabalho a que se candidata

AD — Avaliação de Desempenho nos termos da legislação aplicável (quando aplicável)

10.2.2 — Entrevista de Avaliação de Competências (40%) — visa obter, através de uma relação interpessoal, informações sobre comportamentos profissionais directamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função.

Classificação Final

A classificação final será obtida numa escala de 0 a 20 valores através da fórmula seguinte:

$$CF = 0.6 AC + 0.4 EAC$$

sendo que:

CF — Classificação Final

AC — Avaliação Curricular

EAC — Entrevista de Avaliação de Competências

10.3 — Para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 53.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, verificando-se um número de candidatos aprovados no primeiro método de selecção, por cada referência identificada em 3, igual ou superior a 500, a ANQ, I.P. poderá aplicar apenas os métodos de selecção previstos em 10.1.1 e 10.2.1.

10.4 — O candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

11 — Formalização das candidaturas: deverão ser formalizadas mediante preenchimento de formulário tipo, disponível no site da ANQ, IP (www.anq.gov.pt) dirigido ao Presidente do Júri, onde devem constar os seguintes elementos:

- Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e actividade caracterizadoras do posto de trabalho a ocupar;
- Identificação da entidade que realiza o procedimento;
- Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal e endereço postal e electrónico, caso exista;

11.2 — Os candidatos deverão anexar ao requerimento de admissão ao processo de selecção, sob pena de exclusão, fotocópias dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* datado e assinado;
- Certificados das acções de formação frequentadas, relacionadas com as áreas funcionais dos lugares para que se candidatam;
- Comprovativos das habilitações literárias, nos termos do n.º 2 do artigo 28.º da Portaria n.º 83A/2009, de 22 de Janeiro;
- Comprovativos da experiência profissional;

11.3 — Não serão aceites candidaturas enviadas pelo correio electrónico.

11.4 — O requerimento dirigido ao Presidente do Júri, bem como os documentos referidos deverão, até ao termo do prazo fixado, ser entregues pessoalmente no NRHDO da Agência Nacional para a Qualificação — Avenida 24 de Julho n.º 138, 2.º — 1399-026 Lisboa, ou enviadas por correio registado com aviso de recepção, para a mesma morada.

12 — Composição do Júri

Presidente: Maria do Carmo Gomes

Vogais efectivos: Carlos Augusto de Castro Pinheiro, Carla Cristina Florêncio da Rocha Rodrigues

Vogais suplentes: Maria Francisca Monteiro Simões, Elsa Maria Caldeira Ribeiro da Silva

O primeiro vogal efectivo do júri substituirá o Presidente nas suas faltas ou impedimentos

13 — Actas — As actas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e a respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Lista unitária de ordenação final dos candidatos:

14.1 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada por ofício registado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 30.º, ambos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

14.2 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação do Presidente da ANQ, I.P., é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações das ANQ, I.P. e disponibilizada na respectiva página electrónica, nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

20 de Agosto de 2009. — O Presidente, *Luís Capucha*.

202216251

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Delegação Regional do Algarve

Aviso n.º 15062/2009

Por deliberação de 13/08/09 do conselho directivo do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.:

António Joaquim Pires Rebelo, enfermeiro graduado, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. — Delegação Regional do Algarve — integrado no escalão/índice 3/155, correspondente ao nível intermédio entre 18 e 19 da tabela única, com efeitos a partir de Setembro/2009, por lhe ter sido cometida a formação em serviço, de acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 437/91, de 08 de Novembro.

20 de Agosto de 2009. — O Delegado Regional, *António Brito Camacho*.

202216738

Aviso (extracto) n.º 15063/2009

Por despacho de 03/08/09 do Delegado Regional do Algarve do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. e por deliberação de 22/07/09 do Conselho Directivo do Hospital de Faro, E. P. E.:

Autorizado o regime de acumulação de funções (12 h/semanais) no Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. — Delegação Regional do Algarve, com efeitos a partir de 03/08/09, ao abrigo dos artigos 27.º e 28.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, aos enfermeiros graduados, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado no Hospital de Faro, E. P. E., a seguir mencionados:

Gonçalo Antunes Santos Borralho

Paula Cristina Figueiredo Cabral

20 de Agosto de 2009. — O Delegado Regional, *António Brito Camacho*.

202216802

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária da Boa Nova — Leça da Palmeira

Aviso n.º 15064/2009

Por despacho de 19 de Dezembro de 2008 da Presidente do Conselho Executivo, no uso da competência delegada pela alínea c) do n.º 1 do Despacho n.º 10969/2008, publicado na 2.ª Série do *Diário da República* de 15 de Abril de 2008, foram homologados os seguintes